AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI DE 29 DE MARÇO DE 1988, PARA A COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE DROGAS E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS E CRIMES CONEXOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai
(doravante denominados as "Partes"),

Considerando o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, assinado em Brasília, em 29 de março de 1988, que prevê, particularmente nos artigos I e IV, a harmonização de políticas, a intensificação e coordenação de esforços para a prevenção do uso indevido de drogas, a repressão do tráfico, o tratamento e a recuperação de fármaco-dependentes;

Tendo em conta que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987; e

Determinados a estreitar o diálogo sobre as respectivas políticas de prevenção e enfrentamento aos ilícitos transnacionais e a promover o intercâmbio de informações, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento científico e boas práticas, a fim de obter os resultados mais eficientes da cooperação bilateral na promoção da segurança pública,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

As Partes buscarão harmonizar suas políticas de prevenção ao uso indevido de drogas e reabilitação de fármaco-dependentes, bem como de enfrentamento à produção e ao tráfico ilícitos de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e à criminalidade organizada transnacional.

Artigo II

As Partes cooperarão, de forma coordenada, em pleno respeito à soberania de cada uma delas em seus respectivos territórios e no âmbito de suas respectivas legislações internas, nas seguintes áreas:

a) controle e segurança das fronteiras, inclusive vigilância do espaço aéreo e fluvial, com intensificação das operações conjuntas e coordenadas;

b) apoio técnico e logístico a operações de vigilância aérea e fluvial;

c) utilização de veículos aéreos não tripulados, para tarefas de monitoramento, para sobrevoo de áreas definidas de comum acordo, nas datas e conforme os procedimentos definidos em conjunto pelas Partes;

d) apoio à constituição de laboratórios de criminalística no Paraguai;

e) troca de informações, inclusive de inteligência policial, bem como de tecnologias, com vistas à verificação de impressões digitais e reconhecimento facial;

f) apoio técnico e tecnológico recíproco e eventual cooperação para a formação de recursos humanos na área de inteligência;

g) transferência de equipamentos e tecnologia de controle, de vigilância e outros, segundo as possibilidades e necessidades das Partes, sendo aplicável para esse efeito o disposto do Artigo VII do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, de 27 de outubro de 1987;

h) análise criminal e forense; e

i) fortalecimento das instituições nacionais e dos mecanismos de enfrentamento ao tráfico ilícito, com vistas a aperfeiçoar a aplicação da lei contra o crime organizado, particularmente em zonas fronteiriças.

Artigo III

1. As Partes designam as seguintes instituições para implementar o presente Ajuste Complementar:

a) pelo Governo da República Federativa do Brasil: o Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF), sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores; e

b) pelo Governo da República do Paraguai: o Ministério do Interior, a Polícia Nacional, a Secretaria Nacional Anti-Drogas (SENAD), a Secretaria de Prevenção da Lavagem de Dinheiro e Bens (SEPRELAD), o Ministério Público, a Prefeitura-Geral Naval e a Direção Nacional de Aeronáutica Civil (DINAC), sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores.

2. As Partes poderão modificar a designação das instituições competentes para implementar ao presente Ajuste Complementar mediante troca de notas, por via diplomática.

Artigo IV

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data da última notificação em que uma Parte informa a outra, por via diplomática, do cumprimento de seus respectivos procedimentos internos necessários para esse efeito, sem prejuízo de que se possam adotar previamente as medidas administrativas permitidas pelas legislações de ambas as Partes para facilitar a cooperação acordada.

2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por escrito e por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da modificação, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução.

Artigo V

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo VI

1. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou implementação deste Ajuste Complementar será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

2. No que se refere às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, assinado em Brasília, em 29 de março de 1988.

Feito em Assunção, em 28 de JUNHO de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

Jorge Lara Castro
Ministro das Relações Exteriores

AJUSTE COMPLEMENTARIO AL ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY DEL 29 DE MARZO DE 1988 PARA LA COOPERACIÓN EN MATERIA DE SEGURIDAD PÚBLICA Y COMBATE AL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS Y DELITOS CONEXOS

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Paraguay
(en adelante denominados "las Partes");

Considerando el Acuerdo entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay sobre Prevención, Control, Fiscalización y Represión del Uso Indebido y del Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, firmado en Brasilia, el 29 de marzo de 1988, que prevé, especialmente en los artículos I y IV, la armonización de políticas; la intensificación y coordinación de los esfuerzos para la prevención del uso indebido de drogas, el combate al tráfico, el tratamiento y la recuperación de fármacodependientes;

Teniendo en cuenta que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas al amparo del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay, firmado en Asunción, el 27 de octubre de 1987; y

Determinados a estrechar el diálogo sobre las respectivas políticas de prevención y combate a los ilícitos transnacionales y a promover el intercambio de informaciones, tecnología, investigación y desarrollo científico y de buenas prácticas, a fin de obtener los resultados más eficientes de la cooperación bilateral en la promoción de la seguridad pública;

Acuerdan lo siguiente:

Artículo I

Las Partes buscarán armonizar sus políticas de prevención del uso indebido de drogas y rehabilitación de fármacodependientes, así como de combate a la producción y tráfico ilícitos de estupefacientes y sustancias psicotrópicas y al crimen organizado transnacional.

Artículo II

Las Partes cooperarán en forma coordinada, con pleno respeto a la soberanía de cada una de ellas en su propio territorio, y dentro del marco de sus respectivas legislaciones internas, en las siguientes áreas:

a) control y seguridad de las fronteras, inclusive vigilancia del espacio aéreo y fluvial, mediante la intensificación de operaciones conjuntas y coordinadas;

b) apoyo técnico y logístico a operaciones de control aéreo y fluvial;

c) utilización de vehículos aéreos no tripulados en tareas de monitoreo, para el sobrevuelo de áreas definidas de común acuerdo, en las fechas y según los procedimientos que determinen conjuntamente las Partes;

d) apoyo para la constitución de laboratorios de criminalística en el Paraguay;

e) intercambio de informaciones, inclusive de inteligencia policial, y de tecnologías, con vistas a la verificación de impresiones digitales y reconocimiento facial;

f) apoyo técnico y tecnológico recíproco y eventual cooperación, para la formación de recursos humanos, en materia de inteligencia;

g) transferencia de equipos y tecnología de control y vigilancia, y otros, según las posibilidades y necesidades de las Partes, siendo aplicable para el efecto lo dispuesto en el Artículo VII del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay, del 27 de octubre de 1987;

h) análisis criminal y forense; y

i) fortalecimiento de las instituciones nacionales y de los mecanismos de combate a tráficos ilícitos, con miras a perfeccionar la aplicación de la ley contra el crimen organizado particularmente en zonas fronterizas.

Artículo III

1. Las Partes designan a las siguientes instituciones para implementar el presente Ajuste Complementario:

a) por el Gobierno de la República Federativa del Brasil: el Ministerio de Justicia, el Departamento de la Policía Federal (DPF), el Departamento de Policía de Carreteras Federal (DPRF), la Agencia Brasileña de Inteligencia (ABIN), la Secretaría Nacional de Seguridad Pública (SENASP), la Secretaría Nacional de Justicia (SNJ), la Secretaría Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) y el Consejo de Control de las Actividades Financieras (COAF), bajo la coordinación del Ministerio de Relaciones Exteriores; y

b) por el Gobierno de la República del Paraguay: el Ministerio del Interior, la Policía Nacional, la Secretaría Nacional Antidrogas (SENAD), la Secretaría de Prevención del Lavado de Dinero y Bienes (SEPRELAD), el Ministerio Público, la Prefectura General Naval y la Dirección Nacional de Aeronáutica Civil (DINAC), bajo la coordinación del Ministerio de Relaciones Exteriores.

2. Las Partes podrán modificar la designación de las instituciones competentes para implementar el presente Ajuste Complementario, mediante canje de notas formalizado por la vía diplomática.

Artículo IV

1. El presente Ajuste Complementario entrará en vigor en la fecha de la última notificación en que ambas Partes se comuniquen, por escrito y por la vía diplomática, el cumplimiento de sus respectivas formalidades legales internas, sin perjuicio de que puedan adoptarse entre tanto las medidas administrativas permitidas por las legislaciones de ambas Partes para facilitar la cooperación acordada.

2. Cualquiera de las Partes podrá, en cualquier momento, notificar a la otra, por escrito y por la vía diplomática, su decisión de denunciar el presente Ajuste Complementario. La denuncia surtirá efectos seis (6) meses después de la fecha de la notificación. Las Partes decidirán sobre la continuidad de las actividades que estuvieren en ejecución.

Artículo V

El presente Ajuste Complementario podrá ser enmendado, en cualquier momento, por consentimiento mutuo de las Partes, formalizado por la vía diplomática.

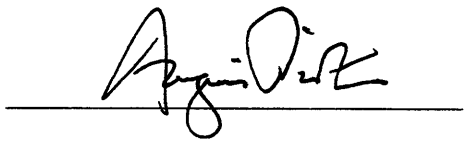
Artículo VI

1. Cualquier controversia relacionada con la interpretación o implementación del presente Ajuste Complementario será resuelta por negociación directa entre las Partes, por la vía diplomática.

2. En las cuestiones no previstas en el presente Ajuste Complementario, se aplicarán las disposiciones del Acuerdo sobre Prevención, Control, Fiscalización y Represión del Uso Indebido y del Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, firmado en Brasilia, el 29 de marzo de 1988.

Hecho en Asunción, el de de 2011, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY

